

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020 E RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES



ENERGÉTICA
FAZENDA VELHA S/A

SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	3
Demonstrações Financeiras	6
Balanços Patrimoniais.....	6
Demonstração dos Resultados	7
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto).....	10
Demonstração dos Valores Adicionados	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12
1. Informações gerais	12
2. Apresentação das Demonstrações financeiras	14
3. Resumo das principais práticas contábeis	14
4. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	19
5. Adoção de pronunciamento contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados	20
6. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
7. Contas a Receber	20
8. Imobilizado.....	21
9. Intangível.....	23
10. Fornecedores	25
11. Empréstimos e Financiamentos	25
12. Outros Passivos.....	27
13. Provisão para Litígios	27
14. Tributos Diferidos.....	28
15. Patrimônio Líquido	28
16. Receita Operacional Líquida	29
17. Custos e Despesas Operacionais	30
18. Resultado Financeiro	31
19. Imposto de Renda e Contribuição Social	31
20. Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto)	32
21. Distribuição do Valor Adicionado	33
22. Seguros	33
23. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras.....	34

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energética Fazenda Velha S.A.
Brasília – DF

Introdução

Examinamos a demonstração financeira da **Energética Fazenda Velha S.A.** (“Fazenda Velha ou Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Fazenda Velha S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Empréstimos – Não cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (Covenants)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às Demonstrações Financeiras, no qual descreve que a Companhia possui cláusulas restritivas em financiamento que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, principalmente em relação a decisões de negócios, incluindo manutenção do controle acionário, reestruturações societárias, alienações de ativos, contratação de empréstimos, inadimplência quanto a licenças de operação e outras obrigações. Além destas, está sujeita a manutenção de Índice de cobertura do serviço da Dívida (ICSD) e constituição e manutenção de conta da reserva dos serviços da dívida no valor equivalente de três vezes a última prestação vencida de amortização do financiamento, incluindo parcela de principal e juros, classificados sob a rubrica “Fundos Vinculados” no Balanço Patrimonial.

Nossa conclusão não foi ressalvada em virtude desse assunto, considerando que, com base nas explicações apresentadas pela Administração da Companhia, (e divulgadas nestas demonstrações financeiras), caso seja determinado o vencimento antecipado do contrato quando do vencimento da obrigações em abril de 2021, os acionistas têm o firme compromisso de aportar mediante aumento de capital e integralização de ações emitidas pela Companhia, bem como, com base nos números apresentados pela Companhia em 2021, não entendemos que há indícios de que o Banco procederá com esta antecipação.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 09 de março de 2020, contendo modificação relacionado a continuidade operacional e ao não cumprimento de cláusulas contratuais restritivas.

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstração financeira de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração da demonstração financeira, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC SP-032267/O



ADERBAL ALFONSO HOPPE

Contador - CRC SC-020036/0-8 T-SP



Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.374	657	Fornecedores	10	2.000	1.850
Contas a receber	7	1.508	1.927	Empréstimos e financiamentos	11	3.089	3.089
Despesas pagas antecipadamente		57	59	Obrigações sociais e trabalhistas	12	56	74
Outros ativos		10	26	Obrigações tributárias	12	254	204
				Encargos setoriais	12	4	4
				Outros passivos	12	-	30
Total do ativo circulante		2.949	2.669	Total do passivo circulante		5.403	5.251
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	6	1.880	2.162	Fornecedores	10	1.734	3.154
Imobilizado	8	76.357	78.125	Empréstimos e financiamentos	11	49.863	52.973
Intangível	9	195	208	Provisão para litígios	13	26	-
				Tributos diferidos	14	95	92
Total do ativo não circulante		78.432	80.495	Total do passivo não circulante		51.718	56.219
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	34.240	17.380
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	15	8	15.924
				Prejuízos acumulados		(9.988)	(11.610)
				Total do patrimônio líquido		24.260	21.694
TOTAL DO ATIVO		81.381	83.164	TOTAL DO PASSIVO		81.381	83.164

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração dos Resultados**

Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ações)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	15.947	15.826
Custos operacionais	17	(9.407)	(11.103)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL		6.540	4.723
Despesas operacionais	17	<u>(302)</u>	<u>(319)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.238	4.404
Resultado financeiro	18	(3.976)	(5.245)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.262	(841)
Imposto de renda e contribuição social	19	(640)	(459)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>1.622</u>	<u>(1.300)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÕES		<u>0,093</u>	<u>(0,075)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Demonstração dos Resultados Abrangentes
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>1.622</u>	<u>(1.300)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>1.622</u></u>	<u><u>(1.300)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamentos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	17.380	12.290	(10.310)	19.360
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	3.634	-	3.634
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.300)	(1.300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	17.380	15.924	(11.610)	21.694
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	944	-	944
Integralização de capital	16.860	(16.860)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	1.622	1.622
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	34.240	8	(9.988)	24.260

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto)**
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes e outros	12.937	12.299
Pagamentos a fornecedores	(3.499)	(5.629)
Pagamentos a empregados	(608)	(554)
Pagamentos de tributos e encargos setoriais	(754)	(713)
Outras despesas operacionais e administrativas	(168)	(144)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	7.908	5.259
Rendimentos de aplicações financeiras	-	59
Receitas financeiras recebidas	9	-
Despesas financeiras pagas	(17)	(4)
Tributos sobre o lucro	(565)	(436)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.335	4.878
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos temporários	308	(2.132)
Aquisição de imobilizado	(353)	(608)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(45)	(2.740)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	944	3.634
Pagamento do financiamento BNDES (principal)	(2.474)	(2.474)
Pagamento do financiamento BNDES (encargos da dívida)	(5.043)	(5.802)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.573)	(4.642)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	717	(2.504)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	657	3.161
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.374	657
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	717	(2.504)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração dos Valores Adicionados**
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
1. RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	<u>16.603</u>	<u>16.478</u>
	16.603	16.478
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.323)	(7.671)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.221)	(711)
Outros custos operacionais	<u>(332)</u>	<u>(178)</u>
	(6.876)	(8.560)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	9.727	7.918
4. RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	<u>(2.140)</u>	<u>(2.137)</u>
	(2.140)	(2.137)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	7.587	5.781
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	<u>448</u>	<u>123</u>
	448	123
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	<u><u>8.035</u></u>	<u><u>5.904</u></u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u><u>8.035</u></u>	<u><u>5.904</u></u>
8.1. Pessoal	545	560
8.2. Impostos, taxas e contribuições	1.421	1.259
8.3. Remuneração de capitais de terceiros	4.447	5.385
8.4. Remuneração de capitais próprios	1.622	(1.300)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)
1. Informações gerais
1.1 Informação da Companhia

A Energética Fazenda Velha S.A. (“Companhia”) foi constituída em 07 de abril de 2010, com sede no SAAN Quadra 02, Lote 1.370, 2º Andar, Parte L, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70632-200 dispondo como objetivo específico promover todos os atos e ações necessários para garantir a participação conjunta dos acionistas, na qualidade de produtora independente de energia elétrica.

A aprovação do projeto junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, concebida em 19 de dezembro de 2011, garantiu à Companhia o direito a exploração de aproveitamentos hidrelétricos do Rio Ariranha no município de Jataí-GO, bem como, a comercialização da energia gerada na usina, com potência instalada de 16,5 MW. Esta aprovação previu que a energia elétrica produzida poderia ser comercializada ou utilizada pela Companhia.

A construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Fazenda Velha iniciou-se em setembro de 2014. A Companhia obteve da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás, a Licença de Funcionamento em 29 de janeiro de 2016. Além disso, as três unidades geradoras da PCH já possuem autorização da ANEEL e estão em operação comercial, conforme Despachos ANEEL nº 1205, 1382 e 1691, publicados no Diário Oficial da União - DOU respectivamente em 11/05/2016, 26/05/2016 e 28/06/2016.

A Companhia tem a obrigatoriedade de fornecer durante 30 anos 75,28% (6,7 MW), de sua Garantia Física (8,9 MW), para o mercado regulado, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, firmados após o Leilão ANEEL nº 10/2013, sendo que os 24,72% restantes (2,2 MW) poderão ser comercializados no mercado livre pela Companhia, operação esta que visa obtenção de excelentes resultados.

A Companhia detém junto à ANEEL a seguinte autorização com prazo de 35 anos:

Hidrelétrica	Rio	Cidade	Ato autorizativo	Data da autorização	Vencimento da autorização	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
PCH Fazenda Velha	Rio Ariranha	Jataí-GO	Portaria MME nº 265/2014	06/06/2014	06/06/2049	16,500	16,500
						16,500	16,500

1.2 Continuidade das operações

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 5.403 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 2.949, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 2.454 (R\$ 2.582 em 31 de dezembro de 2019), além de prejuízos acumulados de R\$ 9.988 (R\$ 11.610 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia durante o exercício, revisitou seu planejamento estratégico para os próximos anos, aonde identificou que suas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, estão dentro do cronograma. A Companhia busca constantemente o equilíbrio para a redução de suas despesas com operação e manutenção e a definição de estratégias para o monitoramento dos riscos hidrológicos para evitar exposição e necessidade de compra de energia excedente, o que vem sendo aperfeiçoado desde o início de sua operação. Destaca-se que neste exercício a Companhia apresentou lucro contábil e operacional, conforme esperado pela administração.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.



1.3 Coronavirus (“COVID-19”)

1.3.1 Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

1.3.2 Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pela Companhia:

- I. Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, setembro e outubro de 2020;
- II. Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- III. Prorrogação de prazos para a entrega de obrigações acessórias, como DCTF e EFD, dentre outras;

1.3.3 Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia adotou o teletrabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade de trabalho para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

1.3.4 Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os contratos de venda para clientes finais no mercado livre não sofreram perdas significativas até o encerramento do exercício.

As receitas estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração bem como ao valor do PLD e dos contratos de compra e venda de energia com outros agentes e com consumidores finais no mercado livre. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19.



As informações sobre a capacidade instalada e em operação e garantia física da PCH não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.4 Repactuação do Risco Hidrológico (RRH)

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Nesta opção, o gerado do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$13,18/MWh (data-base janeiro/2015 anualmente atualizado pelo IGP-M e juros de 1% ao mês) até o final desses contratos.

Neste exercício a Companhia registrou o montante de R\$ 864 referente ao prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico) no resultado do exercício.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”)

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

2.2 Bases de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, como descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico usualmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 18 de fevereiro de 2021.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.



3.2 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa o montante em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa é preciso ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Contas a receber

Representam os valores faturados aos concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, comercializadoras de energia elétrica e consumidores livres, de acordo com contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou no Ambiente de Contratação Livre - ACL, assim como operações no Mercado de Curto Prazo - MCP realizadas na CCEE.

3.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em conformidade aos critérios de constituição dispostos no MCSE, estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, a Administração resguarda um montante, considerado satisfatório, objetivando a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Companhia.

3.5 Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada, sendo que os terrenos não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UCs, às taxas constantes no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, as quais refletem a vida útil estimada dos bens. O MCPSE foi instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados (se apropriado ao final de cada exercício), sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da autorização.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros Resultados Operacionais" na Demonstração do Resultado.

3.6 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas UCs, às taxas constantes no MCPSE, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio, encargos de conexão à Rede de Distribuição e transações de comercialização no MCP da CCEE.



3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do final do exercício, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente. A Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.9 Provisão para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido nas Demonstrações Financeiras quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido nas Demonstrações Financeiras quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses da data do balanço. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Os adiantamentos de clientes representam valores efetivamente recebidos a título de adiantamento referente a venda antecipada de energia elétrica com preço de venda fixo por MWh. A Companhia adota a prática de manter o montante de adiantamento no passivo circulante e não circulante, classificado de acordo com a estimativa de entrega de fornecimento de energia. Os adiantamentos serão reconhecidos como receita na medida em que ocorrer o fornecimento de energia.

3.11 Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e dos encargos do consumidor.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, independentemente de quando o pagamento for recebido. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.



3.12 Imposto de renda e contribuição social

São calculados e provisionados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável presumido do exercício. O lucro tributável presumido difere do lucro apresentado na Demonstração do Resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.13 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em “Outros Ganhos (Perdas) Líquidos” no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros foram:

- Numerário disponível - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, mantidos até o vencimento, e está registrada pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e



- Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

3.14 Fatores de risco

Os principais fatores de risco da Companhia são:

- Risco de crédito: o risco de crédito da Companhia surge da possibilidade de perda que incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes;

- Risco de taxa de juros: risco da Companhia em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumenta as despesas financeiras relativas aos passivos captados. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir esse risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar necessidade de contratação; e

- Risco quanto à escassez de energia: risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidroelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios. Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético. Por outro lado, o risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que, segundo as informações do plano mensal de operação divulgado mensalmente no site www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos dois anos.

3.15 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Segundo o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa referentes a juros, dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio - JSCP recebidos e pagos devem ser apresentados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de maneira consistente, de período a período, em decorrência de atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.

O CPC encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros, recebidos ou pagos, os dividendos e JSCP recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e os dividendos e JSCP pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. Contudo, a Companhia adota alternativa diferente, seguindo em parte o que preconiza o CPC. Por entender que a classificação abaixo tem uma representação mais adequada dos fluxos de caixa, a Companhia adota a seguinte opção:

RUBRICA	CPC	FAZENDA VELHA
Juros pagos	Atividades operacionais	Atividades operacionais
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	Atividades operacionais	Atividades de financiamento
Juros recebidos	Atividades operacionais	Atividades operacionais
Dividendos pagos	Atividades de financiamento	Atividades de financiamento
Dividendos recebidos	Atividades operacionais	Atividades de investimento
JSCP pagos	Atividades de financiamento	Atividades de financiamento
JSCP recebidos	Atividades operacionais	Atividades de investimento

3.16 Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração



está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

4. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos mensalmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que estas são revisadas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive para contingências trabalhistas e transações realizadas no âmbito da CCEE.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

4.1 Provisões

As provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados para o desembolso de caixa da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

4.2 Estimativas

A preparação das informações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais das transações e informações, em sua efetiva realização nos exercícios subsequentes, podem diferir das estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado/intangível e de sua recuperação nas operações;
- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências; e
- Transações realizadas no âmbito da CCEE.

4.3 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à depreciação/amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

A Administração jogou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

**5. Adoção de Pronunciamento contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados.**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia revisou todos os novos pronunciamentos e práticas contábeis que entraram em vigor para o exercício de 2020 e avaliou que não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas normas.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 17	Contratos de Seguros
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IFRS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

A composição do saldo em Caixa e Equivalentes de Caixa é demonstrada a seguir:

<u>Rubrica</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Contas bancárias à vista	1.369	654
Fundos de caixa	5	3
	<u>1.374</u>	<u>657</u>
Títulos e valores mobiliários		
Fundos Vinculados ¹	1.880	2.162
	<u>1.880</u>	<u>2.162</u>

¹ Conta de reserva do serviço da dívida no valor equivalente a três parcelas do financiamento do BNDES conforme contrato, vide Nota Explicativa nº 10 - Empréstimos e Financiamentos.

7. Contas a Receber

A composição por vencimento do saldo em Contas a Receber é demonstrada a seguir:

<u>Rubrica</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Suprimento - CCEAL ¹	275	379
Suprimento - CCEAR ²	1.233	1.279
Provisão de energia elétrica de curto prazo ³	-	28
Energia elétrica de curto prazo ³	-	241
	<u>1.508</u>	<u>1.927</u>



¹ Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada (CCVEEI) firmado com a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., e BETA Comercializadora de Energia S.A. no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

² Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) na modalidade quantidade de energia elétrica, firmados com distribuidoras de energia elétrica no 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013-ANEEL.

³ Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras Intermediárias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01/12/2020 a 31/12/2020, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD sobre o saldo receber em 31 de dezembro de 2020, por não identificarmos eventuais premissas para constituição.

8. Imobilizado

A composição do saldo no Imobilizado é demonstrada a seguir:

Rubrica	Taxas médias anuais de depreciação	Valor original contábil	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Geração					
Usina - Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	656	-	656	656
Reservatórios, barragens e adutoras	2,34%	26.613	(2.802)	23.811	24.434
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,22%	10.810	(1.080)	9.730	9.970
Máquinas e equipamentos	3,10%	33.844	(4.580)	29.264	30.300
Veículos	14,29%	87	(46)	41	40
Móveis e utensílios	6,25%	9	(2)	7	7
		72.019	(8.510)	63.509	65.407
Usina - Imobilizado em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		487	-	487	487
Máquinas e equipamentos		875	-	875	870
A ratear		1.467	-	1.467	1.467
Material em depósito		38	-	38	38
Adiantamento a fornecedores		674	-	674	674
Depósitos judiciais		3.092	-	3.092	2.766
Outros		105	-	105	105
		6.738	-	6.738	6.407
Sistema de transmissão de conexão - Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	2,86%	7.011	(903)	6.108	6.308
		7.011	(903)	6.108	6.308
Administração Central					
Administração Central - Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	16,67%	4	(2)	2	3
		4	(2)	2	3
		85.772	(9.415)	76.357	78.125

A movimentação do Imobilizado é demonstrada a seguir:

Rubrica	Líquido 31/12/2019	Aquisições	Depreciações	Unitizações	Líquido 31/12/2020
Geração					
Usina - Imobilizado em serviço					
Terrenos	656	-	-	-	656
Reservatórios, barragens e adutoras	24.434	-	(623)	-	23.811
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.970	-	(240)	-	9.730
Máquinas e equipamentos	30.300	-	(1.050)	14	29.264
Veículos	40	-	(13)	14	41
Móveis e utensílios	7	-	-	-	7
	65.407	-	(1.926)	28	63.509
Usina - Imobilizado em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras	487	-	-	-	487
Máquinas e equipamentos	870	19	-	(14)	875
Veículos	-	14	-	(14)	-
A ratear	1.467	-	-	-	1.467
Material em depósito	38	-	-	-	38
Adiantamento a fornecedores	674	-	-	-	674
Depósitos judiciais	2.766	326	-	-	3.092
Outros	105	-	-	-	105
	6.407	359	-	(28)	6.738
Sistema de transmissão de conexão - Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	6.308	-	(200)	-	6.108
	6.308	-	(200)	-	6.108
Administração Central					
Administração Central - Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	3	-	(1)	-	2
	3	-	(1)	-	2
	78.125	359	(2.127)	-	76.357

Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por Tipo de Unidade de Cadastro (TUC) e Tipo de Bem, estão dispostas na Tabela XVI - Taxas de Depreciação, da Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015.

Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso refere-se, principalmente, ao canteiro de obras e as estruturas de usinas e redes de transmissão utilizadas na geração e distribuição da energia elétrica. A rubrica "A ratear" destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração reconhece que a alocação dos custos foi realizada na unitização da usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear.

Atualmente, há uma proposta para reabertura da unitização ocorrida em agosto de 2016 para regularizar parte dos valores que foram originários de custos adicionais não previstos para finalização da obra, ainda pendentes de unitização. Esta regularização depende de anuência prévia da ANEEL, e, acarretará custos retroativos com depreciação, desde agosto de 2016 até a efetiva transferência para o Imobilizado em Serviço.



Depósitos Judiciais

Corresponde aos depósitos judiciais referentes aos processos de desapropriação de Declaração de Utilidade Pública - DUP, ocorrido em setembro de 2015. A Companhia é requerente nesse processo e os requeridos são os atuais proprietários das áreas destinadas ao canteiro de obras, à formação do reservatório e área de preservação permanente. No instrumento judicial, a Companhia evidencia que a ANEEL declarou a terra como sendo de Utilidade Pública para fins de desapropriação, conforme Art. 15 do Decreto-lei nº 3.365/1941. Considerando a avaliação técnica dos imóveis, a Companhia procedeu no depósito judicial dessa quantia para garantir seu direito.

Bens vinculados à autorização

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à autorização, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na autorização.

Análise do Valor de Recuperação

Ao confrontar o valor contábil com o montante recuperável dos ativos imobilizados e ativos intangíveis, considerou-se toda PCH Fazenda Velha como única UGC.

Devido ao fato do valor justo líquido da despesa de venda não ser apto a estimativa e por não haver mercado ativo para esse tipo de bem, o valor recuperável deve ser estimado pelo valor em uso.

Com efeito, a Companhia dispõe de premissas que comprovam as evidências de não desvalorização, quais sejam:

- Não há presunção de interromper as atividades normais das operações da Companhia;
- Há expectativas de produção de resultados suficientes para recuperação do valor da PCH Fazenda Velha, sem evidências de performance econômica pior do que a esperada;
- Os ativos não são obsoletos, visto que entraram em operação há poucos anos com tecnologia atual;
- Não há decisões estratégicas que podem trazer efeitos sobre o valor recuperável do ativo e nem riscos de descontinuidade operacional;
- Não há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o Período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; e
- Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade não ocorreram durante o Período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

À vista do exposto, a Companhia não fez uma estimativa formal do valor recuperável, bem como não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

9. Intangível

O saldo do intangível é composto basicamente por direitos de servidão de passagem, do qual sua vida útil é indefinida, e softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, que teve sua recuperação analisada de acordo com o pronunciamento técnico “CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8.



A composição dos saldos no Intangível é demonstrada a seguir:

Rubrica	Taxas médias anuais de amortização	Valor original contábil	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Geração					
Usina - Intangível em serviço					
Servidões	-	183	-	183	183
		183	-	183	183
Administração Central					
Intangível em serviço					
Softwares	20%	62	(50)	12	25
		62	(50)	12	25
		245	(50)	195	208

A movimentação do Intangível é demonstrada a seguir:

Rubrica	Líquido 31/12/2019	Amortizações	Líquido 31/12/2020
Geração			
Usina - Intangível em serviço			
Servidões	183	-	183
	183	-	183
Administração Central			
Intangível em serviço			
Softwares	25	(13)	12
	25	(13)	12
	208	(13)	195

Taxas de amortização

As principais taxas anuais de amortização por Tipo de Unidade de Cadastro (TUC) e Tipo de Bem, estão dispostas na Tabela XVI - Taxas de Depreciação, da Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015.

Bens vinculados à autorização

Os bens vinculados a autorização do Ativo Intangível seguem os mesmos parâmetros dos bens vinculados a autorização do Ativo Imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, no item Bens Vinculados à Autorização. O qual consta que os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.



10. Fornecedores

O saldo de Fornecedores é relativo aos encargos de conexão à rede de distribuição, ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos utilizados na manutenção, operação e construção da PCH, e, à compra de energia elétrica. A composição do saldo em Fornecedores é demonstrada a seguir:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Encargos de uso da rede elétrica	22	31
Materiais e serviços	5	63
Imobilizado em curso	6	-
Compra de energia elétrica - MCP ¹	291	-
Provisão de compra de energia elétrica ¹	135	101
Outros ²	1.541	1.655
	2.000	1.850
Não Circulante		
Outros ²	1.734	3.154
	1.734	3.154

¹ Vide Observação 3 da Nota Explicativa nº 5 - Contas a Receber.

² O montante refere-se a adiantamento da Beta Comercializadora de Energia S.A. decorrente de um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Livre - CCEAL antecipado, com fornecimento de energia de 01/07/2019 até 31/12/2022 faturados mensalmente.

11. Empréstimos e Financiamentos

A composição do saldo em Empréstimos e Financiamentos é demonstrada a seguir:

Financiador	Vencimento	Encargos financeiros anuais (%)	Moeda	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	6.183	6.361
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(3.752)	(3.930)
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	1.672	1.720
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(1.014)	(1.062)
				3.089	3.089
Não Circulante					
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	68.384	74.318
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(29.132)	(32.619)
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	18.486	20.093
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(7.875)	(8.819)
				49.863	52.973
				52.952	56.062

Em 24 de dezembro de 2015, ocorreu a liberação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com carência até janeiro de 2018, em 240 prestações mensais vincendas todo dia 15 e findas em 15 de janeiro de 2038. Os dados referentes aos encargos financeiros estão demonstrados a seguir:



- Taxa de juros de 3,4% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6% será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto da Cláusula 9 do contrato; e
- O percentual ao ano acima da TJLP (remuneração), referido acima, acrescido da parcela não capitalizado da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros.

O contrato do BNDES tem como cláusula restritiva a aplicação dos recursos financeiros na obra da PCH. A garantia do contrato é através de fiança, no qual os acionistas da Companhia são os fiadores.

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Conforme cláusula contratual 11º - Obrigações da Beneficiária, um dos principais *covenants* deste financiamento é a obrigação de manter o Índice Mínimo de Cobertura Anual do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,20. A mensuração do cálculo é realizada com base nas informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas, apresentadas ao Agente Financeiro até 30 de abril do ano subsequente ao encerramento do exercício social. Além da condição do ICSD, o contrato de financiamento exige a constituição e manutenção de conta reserva dos serviços da dívida no valor equivalente a três vezes a última parcela de prestação vencida, incluindo principal e juros, classificada sob a rubrica Fundos vinculados no Balanço Patrimonial.

	<u>31/12/2020</u>
GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE	
(+) LAJIDA (EBITDA)	8.378
(-) Imposto de renda e contribuição social devido no exercício	(634)
	<u>7.745</u>
SERVIÇO DA DÍVIDA	
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal	2.474
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros	4.530
	<u>7.003</u>
ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA - ICSD	<u>1,11</u>
EBITDA	
(+) Lucro Líquido	1.622
(+/-) Despesas (receita) financeira líquida	3.976
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	640
(+) Depreciações e amortizações	2.140
(+/-) Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais	-
	<u>8.378</u>

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é demonstrada a seguir:

<u>Financiador</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	44.130	3.470	(1.947)	(3.970)	41.683
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	11.932	937	(527)	(1.073)	11.269
	<u>56.062</u>	<u>4.407</u>	<u>(2.474)</u>	<u>(5.043)</u>	<u>52.952</u>

A previsão de amortização do saldo em Empréstimos e Financiamentos é demonstrada a seguir:

<u>Financiador</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026 a 2038</u>	<u>Total</u>
Banco do Brasil S.A. - Var. 001	2.432	2.431	2.431	2.432	2.432	29.525	41.683
Banco do Brasil S.A. - Var.002	658	657	657	657	658	7.982	11.269
	<u>3.090</u>	<u>3.088</u>	<u>3.088</u>	<u>3.089</u>	<u>3.090</u>	<u>37.507</u>	<u>52.952</u>



12. Outros Passivos

A composição do saldo em Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes é demonstrada a seguir:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações sociais e trabalhistas		
Folha de pagamento líquida	19	23
Provisão de férias	28	42
Tributos retidos na fonte	9	9
	56	74
Obrigações tributárias		
Imposto de renda	121	72
Contribuição social	60	46
PIS	9	9
COFINS	40	40
INSS e provisão de INSS sobre 13º salário e férias	16	20
FGTS e provisão de FGTS sobre 13º salário e férias	6	7
IRRF e CSRF	2	10
	254	204
Encargos setoriais		
TFSEE ¹	4	4
	4	4
Outros passivos		
Concessionárias e Permissionárias	-	30
	-	30

¹ A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, a TFSEE constitui receita para custeio das atividades da ANEEL. A TFSEE é cobrada pela União, por meio da ANEEL, e, tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia deste Órgão Regulador.

13. Provisão para Litígios

A composição dos saldos em Provisão para Litígios é formada pelos seguintes valores:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	Provável	18	-
Fiscais	Provável	8	-
		26	-

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

A Companhia possui ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda possíveis na avaliação de seus consultores jurídicos, as quais não constitui provisão, o montante de R\$ 60.

14. Tributos Diferidos

A composição dos saldos em Tributos Diferidos é formada pelos seguintes valores:

<u>Rubrica</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Diferenças temporárias		
Imposto de renda diferido ¹	34	29
Contribuição social diferida ¹	17	15
PIS diferido ²	8	9
COFINS diferida ²	36	39
	95	92

¹ Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos por competência sobre as provisões de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa, e, provisão de energia elétrica de curto prazo. Os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa só são computados na base de cálculo do imposto somente no período de apuração em que ocorrer o resgate da aplicação (regime de caixa).

² Vide Observação 3 da Nota Explicativa nº 5 - Contas a Receber.

15. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 34.240 mil, representado por 34.240 mil ações ordinárias no valor de R\$ 1 cada. A composição do Capital Social é demonstrada a seguir:

<u>Rubrica</u>	<u>Percentual</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Construtora Villela e Carvalho Ltda.	20,00%	6.848	3.476
CCN - Construções e Comércio Ltda.	20,00%	6.848	3.476
Luana - Administração & Participações Ltda.	20,00%	6.848	3.476
CELG Geração e Transmissão S.A.	20,00%	6.848	3.476
Hy Brazil Energia S.A.	20,00%	6.848	3.476
	100,00%	34.240	17.380

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Os saldos em Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital são demonstrados a seguir:

<u>Rubrica</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Aportes</u>	<u>Integralização</u>	<u>31/12/2020</u>
Construtora Villela e Carvalho Ltda.	3.330	42	-	3.372
CCN - Construções e Comércio Ltda.	2.470	902	-	3.372
Luana - Administração & Participações Ltda.	3.372	-	-	3.372
CELG Geração e Transmissão S.A.	3.372	-	-	3.372
Hy Brazil Energia S.A.	3.380	-	-	3.372
	15.924	944	-	16.860
				8

**16. Receita Operacional Líquida**

A composição do saldo da Receita Operacional Líquida por natureza é demonstrada a seguir:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Receita de operações com energia elétrica		
Suprimento - CCEAL	3.354	2.766
Provisão de suprimento - CCEAL	(104)	379
Suprimento - CCEAR	10.793	9.487
Provisão de suprimento - CCEAR	36	893
Energia elétrica de curto prazo	2.552	2.937
Provisão de energia elétrica de curto prazo ¹	(28)	16
	16.603	16.478
(-) Tributos sobre a Receita		
PIS	(109)	(98)
PIS diferido ¹	1	(9)
COFINS	(501)	(455)
COFINS diferida ¹	3	(39)
	(606)	(601)
(-) Encargos do consumidor		
TFSEE ²	(50)	(51)
	(50)	(51)
	15.947	15.826

¹ Vide Observação 3 da Nota Explicativa nº 5 - Contas a Receber.

² Vide Observação 1 da Nota Explicativa nº 11 - Outros Passivos.



17. Custos e Despesas Operacionais

A composição do saldo dos Custos e Despesas Operacionais por natureza é demonstrada a seguir:

Rubrica	Custos operacionais	Despesas operacionais	31/12/2020	Custos operacionais	Despesas operacionais	31/12/2019
Energia comprada para revenda	4.884	-	4.884	6.925	-	6.925
Provisão de energia comprada para revenda	59	-	59	382	-	382
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	380	-	380	364	-	364
Pessoal	499	159	658	481	192	673
Materiais	53	-	53	74	-	74
Serviços de terceiros	1.070	98	1.168	568	69	637
Arrendamentos e Aluguéis	23	-	23	17	-	17
Seguros	108	-	108	107	-	107
Provisão para litígios trabalhistas	18	-	18	-	-	-
Provisão para litígios fiscais	-	8	8	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	36	36
(-) Recuperação de despesas	(6)	(1)	(7)	(21)	-	(21)
Tributos	11	1	12	29	6	35
Depreciação	2.126	1	2.127	2.124	1	2.125
Amortização	-	13	13	-	12	12
Gastos diversos	182	23	205	53	3	56
	9.407	302	9.709	11.103	319	11.422

Compra de energia elétrica de curto prazo no âmbito da CCEE

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Outorgada efetuou a comercialização de energia elétrica de curto prazo no âmbito da CCEE, conforme a seguir demonstrado:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Compra de energia		
Energia comprada para revenda - MRE/PLD ¹	3.238	4.060
Provisão de energia comprada para revenda ²	59	56
Energia comprada para revenda - CCEAL	782	2.040
Provisão de energia comprada para revenda - CCEAL	-	326
Prêmio de risco hidrológico ³	864	825
	4.943	7.307

¹ **Situação normal:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram determinados pela CCEE e referendados pela empresa.

² **Situação excepcional:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01/12/2020 a 31/12/2020, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

³ **Vide Nota Explicativa nº1.4** - Repactuação do Risco Hidrológico de Geração de Energia Elétrica nas Demonstrações Financeiras.

**Pessoal**

A composição dos gastos com Pessoal por natureza é demonstrada a seguir:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal		
Remuneração	435	426
Encargos - INSS	113	113
Encargos - FGTS	36	46
Outros benefícios correntes	67	77
Rescisões	7	11
	658	673

18. Resultado Financeiro

A composição do saldo do Resultado Financeiro por natureza é demonstrada a seguir:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	5	22
Provisão de receita com aplicações financeiras	26	85
Multas e acréscimos moratórios	417	16
	448	123
(-) Despesas financeiras		
Juros	(4.407)	(5.185)
Variações monetárias	-	(178)
Multas e acréscimos moratórios	-	(1)
Variações monetárias	(17)	(4)
	(4.424)	(5.368)
	(3.976)	(5.245)

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

A composição do saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada a seguir:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Contribuição social corrente	218	168
Imposto de renda corrente	416	290
	634	458
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contribuição social diferida ¹	1	3
Imposto de renda diferido ¹	5	(2)
	6	1
	640	459

¹ Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos por competência sobre as provisões de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa, e, provisão de energia elétrica de curto prazo. Os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa só são computados na base de cálculo do imposto somente no período de apuração em que ocorrer o resgate da aplicação (regime de caixa).



As provisões para créditos/débitos fiscais são constituídas nos casos em que sua recuperação/tributação futura seja efetivamente garantida. Normalmente, as provisões ativas/passivas para créditos/débitos fiscais podem ser constituídas sobre certas condições e com certas exceções, com relação à seguinte base:

- Diferenças temporárias ocorridas na base de cálculo dos tributos devidos (não dedutíveis/tributáveis no período corrente, porém possivelmente dedutíveis/tributáveis em períodos futuros).

20. Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto)

A apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto é demonstrada ajustando o lucro/prejuízo líquido pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Conforme as orientações do item 20A do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a conciliação entre o lucro/prejuízo líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais deve ser fornecida caso a entidade utilize o método direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação entre lucro/prejuízo líquido e o caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.622	(1.300)
Despesas que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	2.140	2.137
Outros custos/despesas operacionais	20	36
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	4.407	5.363
Receita com aplicações financeiras	(26)	(30)
	6.541	7.506
Redução (Aumento) de Ativos		
Contas a receber	419	(370)
Despesas pagas antecipadamente	2	9
Outros devedores	(4)	14
	417	(347)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(1.276)	(1.066)
Obrigações sociais e trabalhistas	(18)	(5)
Obrigações tributárias	50	11
Outros credores	(30)	30
Provisão para litígios	26	-
Tributos diferidos	3	49
	(1.245)	(981)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.335	4.878



21. Distribuição do Valor Adicionado

A Distribuição do Valor Adicionado tem os seguintes percentuais de participação:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.035	100,0%	5.904	100,0%
Pessoal	545	6,8%	560	9,5%
Remuneração direta	442	5,5%	437	7,4%
Benefícios	67	0,8%	77	1,3%
FGTS	36	0,4%	46	0,8%
Impostos, taxas e contribuições	1.421	17,6%	1.259	21,3%
Federais	1.414	17,5%	1.234	20,9%
Estaduais	5	0,1%	23	0,4%
Municipais	2	0,0%	2	0,0%
Remuneração de capitais de terceiros	4.447	55,2%	5.385	91,2%
Juros	4.424	54,9%	5.368	90,9%
Aluguéis	23	0,3%	17	0,3%
Remuneração de capitais próprios	1.622	20,2%	(1.300)	(22,0%)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.622	20,2%	(1.300)	(22,0%)

22. Seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros e a suficiência da cobertura não é escopo do trabalho dos nossos auditores.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes apólices de seguro, especificadas por modalidade de risco e data de vigência:

Risco	Seguradora	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio	Despesa reconhecida no resultado	Saldo em despesas antecipadas
Operacional	FairFax Brasil	18/08/2020 a 18/08/2021	78.061	90	34	56
Operacional	Mapfre Seguros S.A.	27/01/2020 a 27/01/2021	5.000	12	11	1
Operacional	Pottencial Seguradora	01/02/2020 a 31/01/2021	106	1	1	-
Veículos	HDI Seguros S.A.	31/01/2020 a 31/01/2021	100% FIPE	4	4	-
			83.167	107	50	57



23. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2020, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Esta autorização é de competência da Diretoria, tendo sido as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 apreciadas em Reunião da Diretoria da Energética Fazenda Velha S.A., realizada em 18 de fevereiro de 2021.

Eduardo de Oliveira Villela
Diretor Presidente
CPF nº 271.136.801-78

Cleiton Silva Ferreira
Contador - CRC 018721/O-6 GO
CPF nº 964.944.921-34